




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Reflexões da prática da assessoria técnica_ uma abordagem a partir da experiência na Vila Acaba Mundo

Reflections on the practice of technical advice – an approach based on an experience at Vila Acaba Mundo

Geruza Lustosa de Andrade Tibo, Universidade Federal de Minas Gerais, Centro Universitário UNA e Prefeitura Municipal de Belo Horizonte_ Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, geruzalustosa@gmail.com, geruza.andrade@prof.una.br

RESUMO

A reflexão proposta para este artigo parte do princípio que é necessário potencializar as práticas da assessoria técnica e procura aproximar este debate da práxis do autoconstrutor. Enfatiza o papel de dois importantes atores envolvidos na experiência da produção do espaço urbano: o autoconstrutor e o construtor técnico. O construtor técnico, neste artigo, é entendido como aquele que possui o conhecimento técnico formal adquirido academicamente. As reflexões propostas pretendem apontar investigações a serem percorridas para que a prática da assessoria técnica aproxime do seu objetivo final: qualificar as edificações autoconstruídas por meio de compartilhamento de saberes. Com isso, trata-se de um artigo que pretende suscitar reflexões acerca de um debate que deve ser abrangente e conseguir conciliar pontos de encontro em atuações até hoje em conflito. Para a reflexão proposta, são enfatizados conceitos que contribuem para a investigação acerca da potencialização da assessoria técnica, como: autonomia, cultura construtiva, mediação e linguagem. Dentre os pontos enfatizados, o conceito de autonomia é detalhado para a compreensão de seu significado dentro da prática da assessoria técnica nos processos de autoprodução. A investigação parte de uma pesquisa realizada na Vila Acaba Mundo em Belo Horizonte, acerca da percepção da população sobre o interesse em participar da experiência da assessoria técnica para ilustrar as reflexões propostas. A Vila Acaba Mundo foi consolidada a partir da práxis da autoconstrução e as reflexões a partir desta experiência contribuem para o entendimento dos pontos de contato da prática da assessoria com os conceitos investigados neste artigo.

Palavras Chave: assessoria técnica, autonomia, autoconstrução, mediação

ABSTRACT

This article proposes a reflection on the necessity to increase the potential of the technical advice bringing it closer to a self-builder practice. It emphasizes the role of the urban space production: the self-builder and the technical builder. The technical builder, in this article, is the one that has the technical and formal knowledge acquired academically. The proposed reflections intend to point out investigations that need to be followed in order to approach its final objective: to make the constructions made by the self-builders meet needed requirements through the sharing of knowledge. It is an article that also intends to contemplate a debate that must be comprehensive and able to connect components in conflict. For the proposed reflection, concepts are emphasized that contribute to an inquiry about the adequate potential of the technical advice, such as: autonomy, construction culture and language. Among the emphasized points, the concept of autonomy is better described for the understanding of its meaning within the use of the technical advice in the self-production process. The research is based on a survey made at Vila Acaba Mundo in Belo Horizonte and is about the population's perception of their own interest in participating in a technical advisory experience to illustrate the proposed reflections. A Vila Acaba Mundo was created from the self-builder practice and the reflections originated from this experience contribute to the understanding of the components of the advisory practice with the concepts investigated in this article.

Keywords: Technical advisory, autonomy, self-building, mediation

INTRODUÇÃO

A investigação proposta parte do princípio que existem grupos distintos de produtores do espaço urbano e que existem saberes incorporados a cada um destes grupos e discute as práticas exercidas por dois destes grupos: os autoconstrutores e os construtores técnicos. Existe o saber construtivo nas práticas desenvolvidas pelos autoconstrutores, como também um saber prático e técnico daqueles que são possuidores do conhecimento formal adquirido formalmente e academicamente, neste projeto denominados de construtores técnicos. A partir deste entendimento, o foco principal deste artigo é estabelecer caminhos de reflexão para potencializar, por meio da mediação, da troca de experiências e saberes entre os que praticam autoconstrução e os que detêm o conhecimento formal. A prática da autoconstrução, segundo Nascimento (2015), é entendida como a provisão da moradia de uma família que em posse de um lote urbano, seja adquirido dentro dos processos formais ou informais de mercado, decide e constrói por conta própria, utilizando de recursos próprios e com ajuda de amigos, familiares ou mão de obra contratada. Os moradores de vilas e favelas possuem a tradição de ser autoconstrutores e possuem estratégias de construção e ocupação que estão relacionadas com a emergência da necessidade básica da moradia. Importante enfatizar que, em geral, são soluções engenhosas e que revelam saberes construtivos passados por gerações de famílias autoconstrutoras. Percebe-se que devido à emergência da necessidade de construção, falta de verba e planejamento o autoconstrutor refaz a construção constantemente e o eterno construir é a sua maneira de experimentar as várias possibilidades do espaço. As reflexões aqui propostas pretendem apontar investigações a serem percorridas para que a prática da assessoria técnica aproxime do seu objetivo final: qualificar as edificações autoconstruídas por meio de compartilhamento de saberes. Deixar claro o objetivo final da prática da assessoria é importante para o entendimento dos pontos identificados como questões a serem investigadas para a potencialização da assessoria. Estes pontos são indicativos que demonstram a distancia entre as duas práticas de produção do espaço urbano discutidas neste artigo. Ao mesmo tempo, estes pontos podem indicar caminhos de aproximação. Nesse sentido, são discutidos neste artigo os seguintes pontos: autonomia, cultura construtiva e linguagem. A questão da autonomia é detalhada neste estudo por permear todos os outros pontos e pretende-se com isso, suscitar reflexões contribuindo para o entendimento do conceito de autonomia dentro da prática da assessoria técnica.

Para contribuir com as reflexões propostas é analisado o retrato da percepção da população da Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte, acerca do interesse em participar da prática da assessoria técnica. A Vila Acaba Mundo em Belo Horizonte é exemplo de território consolidado a partir da práxis autoconstrutora. Por meio de entrevistas realizadas ao longo de 2016, no âmbito da pesquisa TOC-TOC¹, com a população da Vila foi possível mapear pontos importantes para a contribuição do debate acerca da assessoria técnica e do entendimento dos moradores desta e da própria práxis da autoconstrução.

¹ As entrevistas analisadas neste artigo foram realizadas na Vila Acaba Mundo de Março a Novembro de 2016 por meio de uma parceria entre o programa Pólos de Cidadania da Escola de Direito da UFMG e do projeto de extensão Coletivo Construtores vinculado ao Curso de Arquitetura do Centro Universitário UNA. A pesquisa recebeu a identificação de Pesquisa TOC TOC_ Territórios de Ocupação Coletiva, para fazer menção a estratégia da aplicação de questionário porta a porta. As entrevistas foram feitas para o entendimento acerca do interesse da assessoria técnica e para o cadastramento das casas e famílias para a ação de pedido de usucapião coletivo do território ocupado pelos moradores da Vila. Os estudos para a ação de usucapião ainda está em fase de finalização.

Importante deixar claro que os pontos discutidos não pretendem reduzir a necessidade de uma profunda reflexão acerca deste tema e nem mesmo constatar que são apenas estes pontos que devem ser considerados para o sucesso da assessoria. Deve-se ter em mente que a generalização de métodos e abordagens projetuais é justamente um ponto de distanciamento das duas práticas e que cada contexto urbano e ou social podem exigir abordagens projetuais distintas. Dito isso, também é importante ressaltar que a expectativa deste artigo é de suscitar reflexões e novos debates acerca do tema e não conclusões e indicativos de métodos de atuação.

INDICATIVOS PARA A REFLEXÃO DA PRÁTICA DA ASSESSORIA TÉCNICA

Para entender o que a discussão aqui proposta pretende alcançar é importante esclarecer o que esta sendo considerado neste artigo como a prática da assessoria técnica. De qual prática estamos tratando? A assessoria é o meio de mediação entre os saberes dos construtores, que visa aproximar à realidade construtiva dos autoconstrutores à ferramentas projetuais e soluções técnicas que propiciem a qualificação na tomada da decisão projetual, ou seja, que possibilite uma tomada de decisão consciente de seu potencial e suas fragilidades. Assim como conceitua Nascimento (2015), a mediação como lugar onde acontece a prática social. Ainda segundo a autora, o construtor técnico deve mediar a informação técnica para fortalecer as experiências construtivas já consolidadas e com isso, promover a interlocução recíproca e desejada. Corroborando com este entendimento Silke, Baltazar e Morado (2007) definem: mediação significa que o arquiteto age quando solicitado pelo usuário para remover obstáculos à construção de conhecimento e à ação." Nesse sentido, a prática da assessoria permite o compartilhamento dos saberes entre construtores técnicos e autoconstrutores. Qual a diferença para a prática que os construtores técnicos já estão acostumados? A prática tradicional do mercado, de forma geral, não prevê o caráter de compartilhamento e tomada de decisão conjunta e possui o caráter clientelista, ou seja, o construtor técnico tem a responsabilidade de identificar os problemas e apresentar soluções para os clientes que os contratam. Do mesmo modo, o cliente possui a expectativa que o construtor técnico tenha respostas para as suas demandas e é raro querer ser coautor destas soluções.

Para o entendimento mais detalhado do termo da assessoria técnica pode-se dizer que assim como, a prática da assessoria técnica, discutida neste artigo, se distingue da prática tradicional de mercado, Nascimento (2015) define três universos urbanos distintos para a autoconstrução, sobretudo para os moradores de baixa renda: 1. Nos loteamentos periféricos, 2. nas favelas, 3. nas ocupações urbanas. A diferenciação retrata também diferentes abordagens para a prática da assessoria técnica. Cada universo citado pode exigir um abordagem e experiência de mediação distintas. Neste sentido, importante o esclarecimento que não se defende uma única prática de assessoria, mas a possibilidade de métodos distintos dos utilizados no mercado tradicional para o atendimento de pessoas que atualmente não o acessam, e aqui cabe dizer que nem sempre a falta de acesso são por questões financeiras. Importante também esclarecer que não se pretende fazer uma crítica ao mercado formal e tradicional dos construtores técnicos e as abordagens projetuais já enraizadas e cultuadas, mas o reconhecimento que é possível e desejável novas práticas.

Outra definição importante para a compreensão das reflexões propostas diz respeito ao termo produção do espaço urbano. Kapp, Baltazar e Morado (2007) definem a arquitetura como arquitetura-evento, o que significa que todo o processo de produção do espaço deve ser objeto da análise permeando a concepção, a construção e o uso. No espaço urbano e nos termos deste artigo, não é diferente, e o que está sendo tratado é a sua concepção, construção e uso. Entende-

se a produção como está série de eventos, uma vez que o espaço se transforma a partir das experiências e formas de ocupação das pessoas, sobretudo nos espaços autoproduzidos. Importante aqui reforçar a distinção entre a abordagem tradicional do mercado da construção civil na produção do espaço urbano e a da assessoria técnica discutida neste artigo, sendo que a abordagem tradicional se situa principalmente na etapa de concepção da arquitetura, muitas vezes, participando pouco dos outros eventos ou até mesmo os ignorando. A abordagem aqui discutida pretende atuar no evento em que o construtor considerar pertinente a assessoria técnica, não sendo nem mesmo vinculados eventos como consecutivos. Contudo, entende-se que o maior campo de atuação da prática da assessoria são nos eventos construção e uso. O autoconstrutor, em geral, concebe a construção fazendo a construção. Nesse sentido, em sua maioria, não é comum ter planejamento para a obra e com isso, a etapa concepção acontece em conjunto com a construção.

Para a potencialização da prática da assessoria técnica este artigo discute alguns pontos de não contato entre as duas práticas construtoras que são responsáveis por grande parte da estruturação do espaço urbano. A discussão não pretende ser reducionista e sugerir que a partir da verificação destes pontos pode-se concluir em caminhos de sucesso para a prática da assessoria, mas pretende indicar reflexões que precisam ser feitas para criar oportunidades que se possa acontecer.

A AUTONOMIA NA ASSESSORIA TÉCNICA

Entre as questões apresentadas como desafios para a prática assessoria técnica, sobretudo atuando na práxis da autoconstrução, importante o conceito de autonomia que permeia todos os outros pontos abordados neste artigo. O conceito de autonomia está sempre muito presente nos discursos que abordam a autogestão e autoprodução do ambiente construído. A autonomia, nestes contextos, é percebida como um atributo intrínseco à atividade da práxis da autoprodução, ou seja, para se ter autoprodução deve se ter autonomia. No entanto, importante a discussão dos limites da autonomia e de que forma ela se apresenta na autoconstrução. Esta reflexão é importante para o esclarecimento do que seria a cultura construtiva do autoconstrutor e sobretudo, qual a influência que a prática da assessoria técnica pode exercer na autonomia e na perpetuação desta cultura.

O conceito de práxis também faz sentido ao se tratar da autoprodução, uma vez que traz a noção da autonomia do fazer e com isso, como agente transformador de sua própria prática. Sobre este conceito Castoriadis (1982) define que é o “fazer no qual os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia”. Neste sentido, a autoconstrução é a práxis do construtor, já que permite a sua transformação por meio da autonomia em seu próprio fazer da construção. O que então seria a autonomia?

Para a discussão sobre autonomia importante a contribuição de Castoriadis (1991) que entende os processos autônomos dentro da sociedade e discute seus princípios e limites. Para o autor, somos todos fragmentos ambulantes e complementares da sociedade. Esta afirmação traz a noção específica que o indivíduo apesar de único faz parte do sistema da sociedade. E o que seria fazer parte da sociedade? Sobre isso, o autor esclarece que a sociedade é ela própria a sua fonte e a sua lei. Então, ser indivíduo na sociedade quer dizer estar submetido a regras que os próprios indivíduos criam, seria a auto-instituição da sociedade.

Com isso, pode-se dizer que uma sociedade autônoma é aquela que é capaz de lidar com suas próprias regras. Para o estabelecimento destas regras o autor cita que existe um “magna de significações imaginárias sociais” que estabelece o que tem sentido dentro da sociedade e o que não tem sentido. Com isso, a partir de convenções é possível o julgamento das ações do outro dentro das expectativas sociais do estar no coletivo, as convenções, neste sentido, podem ser impressas em leis ou enraizadas na cultura. Importante refletir acerca destas significações e como são estabelecidas como regras dentro das normas sociais, segundo o autor, “os indivíduos são produtos da instituição (é irrelevante supor o quanto somos natureza humana), cuja unidade e coesão é assegurada pela sedimentação de uma rede de significações...” Ainda segundo o autor “a sociedade produz uma explicação acerca de si própria, suas leis e seu passado”. Neste sentido, o magna de significações imaginárias sociais é a estrutura da coletividade e ao mesmo tempo estruturante, sendo que fornece o fio condutor das ações dos indivíduos que pretendem fazer parte do sistema social. Com as citações percebe-se que o ser autônomo está inserido dentro de um sistema complexo de regras e que sua práxis está diretamente relacionada com a sociedade, não sendo uma ação isolada e sem rebatimento dentro da própria coletividade. Sobre a repercussão da práxis dentro do sistema social, Castoriadis (1991) diz que “não há lei divina, não há norma extra-social da norma social”. Nós devemos, portanto, impor a nós mesmos limites que, em parte alguma, estão previamente traçados. Autonomia quer dizer rigorosamente auto-limitação. Refletindo acerca das sociedades autônomas o autor afirma ser “uma sociedade cujas instituições, uma vez interiorizadas pelos indivíduos, facilitam o mais possível seu acesso à sua autonomia individual e sua participação efetiva em todo poder explícito existente na sociedade.” (Castoriadis, 1991).

O autor ainda revela que o conceito de práxis remete a possibilidade de transformação a partir do desenvolvimento de suas experiências autônomas. Contudo, o desenvolvimento das experiências autônomas está relacionada também à sua auto-limitação em estar no coletivo e contaminado pelos modos de vida do viver em sociedade. Castoriadis (1981) traz a reflexão dos limites da atuação de cada indivíduo na sociedade em consonância com os modos de vida, segundo o autor:

Pois o que é posto no modo de vida é, afinal de contas, a seguinte questão: até onde pode ir o "direito" (a possibilidade efetiva, legal e coletivamente assegurada) de cada indivíduo, de cada grupo, de cada comuna, de cada nação, de agir como bem entenda a partir do momento em que sabemos - nós o sabíamos desde sempre, mas a ecologia nos relembra com força - que estamos na mesma canoa planetária e que o que cada um faz pode repercutir sobre todos? (CASTORIADIS, 1981, p. 31)

Refletindo a partir da escala do indivíduo, o autor afirma que o problema positivo da sociedade e substantivo do direito é que o pacto social está fundado em regras universais e que deve abarcar o maior número de contextos culturais, fazendo sentido em diferentes modos de vida e de sistemas de necessidades. Nesse sentido, pode-se dizer que existe um arcabouço de regras gerais que alinhados com os modos de vida e o sistema de necessidades geram para as pessoas a capacidade de ser autônomo e ao mesmo tempo seu limite a partir do momento que também define a auto-limitação. No mesmo sentido, o autoconstrutor vivencia um sistema de regras e vivencia esta auto-limitação na sua prática da produção do espaço.

A autonomia faz parte da cultura dos autoconstrutores e é revelada em suas decisões construtivas e, quase sempre, alimentadas pelo imediatismo de se resolver alguma demanda básica de moradia. Nesse sentido, o sistema de necessidades envolvidas no arcabouço da práxis

autoconstrutora está relacionada com suas necessidades de moradia e de constantes adaptações deste espaço para atendimento de necessidades que se alteram ao longo do tempo. Assim, qual a autonomia os autoconstrutores possuem na sua práxis construtiva? E qual a auto-limitação está embutida nesta práxis seguindo a abordagem de Castoriadis.

Tentando aproximar a discussão da reflexão proposta, pode-se dizer o autoconstrutor, assim como todos na sociedade, está vinculado ao sistema do *magma de significações imaginárias* sociais que apresenta a auto-limitação da abrangência desta autonomia. Ou seja, trata-se de uma autonomia cerceada pelas significações e convenções relacionada aos modos de vida já enraizados na cultura da sociedade. Ao construir o autoconstrutor está reproduzindo todo o sistema de regras que o faz ser parte da sociedade. A reprodução construtiva pode ser retratada em diferentes contextos da produção do espaço urbano que acontece desde a locação do canteiro de obras até as escolhas dos materiais. Nesse sentido, o construtor possui a limitação das próprias convenções que a sociedade se impôs.

Nesse sentido, importante voltar na pergunta: qual a implicação da assessoria técnica na cultura construtiva do autoconstrutor? As afirmações levam a crer que, em geral, estamos todos inseridos dentro dos mesmos valores sociais e no mesmo sistema de significações. Nesse sentido, seria possível concluir que a cultura construtiva dos autoconstrutores não se diferencia dos outros construtores. No entanto, os autoconstrutores carregam em suas práticas uma série de valores distintos, o que pode ser creditado a um sistema de necessidades diferentes entre o autoconstrutor e o construtor técnico. Valores estes que distanciam as duas práticas, mesmo estando em um mesmo magma de significações. Desta forma, pode-se entender que apesar da replicação de modelos já enraizados na sociedade existem limitações distintas para cada grupo social e até mesmo de forma individual, o que pode justificar o distanciamento das práticas construtivas. Nesse sentido, as práticas construtivas e o peso que pode ser dado às técnicas e a forma final da construção, está diretamente vinculado ao sistema de necessidades. A contribuição de Castoriadis acerca do conceito de práxis contribui para o entendimento que a autonomia está na própria práxis do fazer e com isso na transformação da própria prática, a despeito de estar o conteúdo formatado a partir da reprodução social inserida no *magma de significações* da sociedade. Isso seria o mesmo que dizer que as percepções acerca dos significados da sociedade são gerados por meio de experiências, o que pode caracterizar práxis e atuações individuais, dentro da sociedade, com caráter distintos e formados a partir do sistema de necessidades não universais. Para continuar a discussão acerca da autonomia importante a discussão do conceito de cultura.

CULTURA CONSTRUTIVA NA ASSESSORIA TÉCNICA

É preciso entender que as experiências dos construtores técnicos e autoconstrutores são, em geral, experiências diferentes de produção do espaço dos construtores técnicos. Importante identificar que a experiência adquirida academicamente e muitas vezes, mas nem sempre, na prática do construtor técnico pode ser distinta da prática do autoconstrutor. Com isso, é preciso, antes de tudo assumir, que irá acontecer uma troca de saberes e de vivências e com isso, um processo de enculturação, assim como prevê Steves (2003) e uma transformação do habitus² de

² Aqui vale uma breve explicação sobre o conceito de habitus teorizado por Bourdieu e citado por Steves: “é o conjunto de disposições interiorizadas que induz as pessoas a agir e reagir de determinadas maneiras e é o produto final do que a maioria das pessoas chamaria de socialização ou “enculturação”. (Steves, 2003, pg.71). Ainda segundo o autor, o habitus é o filtro pelo qual interpretamos o mundo, assim, as nossas ações e reações a determinadas situações são reflexos do habitus de cada um.

cada pessoa envolvida nesta ação. Desta forma, as pessoas envolvidas irão transformar e serem transformadas ao longo do desenvolvimento do diálogo para as ações construtivas.

Lourenço (2014), no papel do que nesta pesquisa denomina-se construtor técnico, refletindo a partir de sua experiência como mediador em um processo de produção do espaço urbano, diz que ao mesmo tempo em que o saber técnico é valorizado ele remete a todo tempo a lógica de classes que exclui o autoconstrutor. Nesse sentido, o autor comenta que a posição prestigiada que o arquiteto ocupa na sociedade, sobretudo se comparado à posição dos autoconstrutores, foi revelada de forma intensa, em sua experiência como mediador. Os construtores técnicos assumem a condição de “autoridades intocáveis”, já que personificam o acesso a privilégios que os autoconstrutores, no contexto da Vila, são privados. Esta condição está embutida no *magna de significações* caracterizado por Castoriadis (1991) e se replica de diferentes formas em diferentes contextos. Acrescentando nesta discussão, Soares (2015) afirma que é preciso quebrar a lógica clientelista presente no modelo de atuação dos construtores técnicos. Para o autor a ruptura da forma de pensar hierarquizada é um desafio presente ao se trabalhar com formas colaborativas e que, em alguns momentos, essa ruptura causa frustração para ambos os lados: moradores e pesquisadores, este último, pode-se ser entendido como construtores técnicos. A frustração para o morador se dá em vários momentos por acreditar que irá receber um produto fechado e com caráter assistencialista, já para os pesquisadores se dá pela dificuldade de se abandonar o vício do controle sobre os processos de decisão. Desta forma, os autoconstrutores atribuem aos arquitetos algum tipo de conhecimento e competência que não possuem, e por isso, o possível receio da hierarquização das decisões no processo proposto. Isso se deve a valorização na sociedade dos conhecimentos e competência desenvolvidos a partir do capital da educação, assim como teoriza Bordieu (2011), a partir dos processos formais de educação.

Sobre o conceito de gosto Bordieu (2011) teoriza que não é baseado em uma ideologia carismática e suas pesquisas demonstram que as opções culturais estão vinculadas ao nível de instrução, avaliados pelo nível escolar ou tempo de estudo. Nesse sentido, é importante observar que no diálogo estabelecido entre autoconstrutores e construtores técnicos será certo encontrar, em algumas situações, gostos diferentes, baseados em experiências culturais e *habitus* distintos. Segundo Lourenço (2014), durante o envolvimento do convívio pode-se ter a sensação de que todos somos iguais, porém com o tempo pode ocorrer uma ruptura com a exacerbação das diferenças. Nesse sentido, não se trata de não reconhecer as diferenças, mas sim da tentativa da não imposição do gosto, o que sabe-se que é comum nas práticas tradicionais do campo da construção civil. Importante deixar claro que a diferença de *habitus* entre os grupos sociais e as pessoas fazem parte da experiência diária das pessoas e fazem parte da benéfica diversidade social da sociedade. Nesse sentido, o que está sendo tratado não é a diferença e sim a imposição de *habitus* e com isso, da violência simbólica que a imposição pode gerar.

Refletindo acerca da noção da autonomia a partir da discussão de cultura, é possível dizer que assim como em diferentes contextos também na autoconstrução há a replicação do modelo de sociedade carregado de seus valores e símbolos. Pode-se dizer que existe a cultura construtiva dos autoconstrutores que pode ser, em alguns momentos, diversa da cultura construtiva do construtor técnico e que está diferença se dá, sobretudo, por vivências do espaço, pela práxis e sistemas de necessidades distintos. O ponto de encontro para a potencialização da prática deve se der pelo reconhecimento destas diferenças e pela troca de experiências a partir destes pontos e não pelo conteúdo e suas significações.

LINGUAGEM NA ASSESSORIA TÉCNICA

Entende-se por linguagem não apenas a forma que o diálogo será estabelecido, mas como também o conteúdo. Sobre isso, Lourenço (2014) diz que a arquitetura é um campo institucionalizado, e nesta discussão o campo arquitetônico pode ser ampliado para o campo dos construtores técnicos, composto por indivíduos, quase sempre, da classe média e possuem os símbolos e códigos gerados e acordados por esse grupo social. Com a mesma lógica, Bordieu (2008) comenta que “a eficácia mágica da assinatura não é outra coisa senão o poder, reconhecido a alguns, de mobilizar a energia simbólica produzida pelo funcionamento de todo o campo, ou seja, a fé no jogo e lances produzidos pelo próprio jogo”. Aproximando da discussão pode-se dizer que a valorização autoral produzida pelo saber técnico hierarquizado é fomentada pelo próprio campo e, desta forma, o campo se auto valoriza e transmite a crença que assim que deve ser feito. Bordieu (2008) acrescenta “é impossível compreender a magia sem o grupo mágico”. Ou seja, é impossível compreender os valores, códigos e crenças do campo arquitetônico fora de seu contexto. Desta forma, entendendo a linguagem como o meio de disseminar as crenças, valores e códigos, o desafio está em desconstruir o campo dos construtores técnicos como capaz de fazer magia. Desmistificar o campo dos construtores técnicos e com isso os seus valores, códigos e crenças é necessário para o entendimento do que é a linguagem e seu efetivo papel. A mistificação é parte integrante do sistema social e pelas próprias regras que o sistema cria para si, assim como discutido por Castoriadis (1991). Para reforçar a necessidade da problematização do papel da linguagem importante citar Ferro (2006) que entende o papel da linguagem e, sobretudo o projeto arquitetônico, como uma ferramenta de dominação. Segundo o autor a função fundamental do desenho de arquitetura é possibilitar a “forma mercadoria do objeto arquitetônico”.

Sobre o papel do projeto arquitetônico na prática da assessoria técnica importante primeiramente ressaltar que existe um reconhecimento do projeto enquanto meio da assessoria se materializar e é bem nítido este reconhecimento nas abordagens tradicionais de assessoria técnica. Contudo, na assessoria por meio de compartilhamento de saberes o projeto arquitetônico torna-se vazio de sentido, sendo que a prática da assessoria deve estar livre de todos os símbolos e códigos que estão vinculados à formalização do projeto arquitetônico. Desta forma, o desafio fica posto: se a assessoria técnica por meio da mediação e construção compartilhada não prevê como saída instrumental a formalização da concepção da construção por meio do projeto arquitetônico, como se dará o registro da assessoria? Para contribuir com o desafio da linguagem, enquanto forma e conteúdo, também importante pensar em como se dá a assessoria nos eventos de construção, e não mais na concepção como é habitual nos processos tradicionais. Nestes casos, é a troca de experiências no próprio ato de experimentar. Para isso, o construtor técnico não pode estar carregado de todo o simbolismo e códigos que aprende na academia e o que muitas vezes o diferencia de outros construtores. A linguagem deve fazer sentido para ambos construtores e só assim, se dará a vinculação entre eles e com isso, compartilhamento de experiências para a prática da assessoria que é discutida neste artigo.

UMA PROPOSTA A PARTIR DO CASO DA VILA ACABA MUNDO

A Vila Acaba Mundo localiza-se na região centro-sul de Belo Horizonte, área valorizada pelo mercado imobiliário da cidade e concentra grande parte da população com alta renda. A formação da Vila se deu na década de 1940 e está relacionada com a implantação da Mineradora Lagoa Seca, sendo que a primeira ocupação da área da Vila foram feitas pelos trabalhadores da Mineradora.

A Vila hoje é consolidada e apresenta cerca de 600 famílias moradoras, o que não representa o mesmo número de edificações que deve estar em torno de 500. Estes dados foram coletados no período de Março a Novembro de 2016 por meio de entrevistas e cadastros com a finalidade primeira de coletar dados para a ação ainda não impetrada do pedido de usucapião coletivo³. Esta ação culminou com a aplicação de questionário em todas as edificações da Vila a fim de reconhecer todos os possíveis futuros proprietários para o pedido de usucapião. Aproveitando a necessidade de aplicação em todas as edificações e depois de constada o interesse dos moradores na prática da assessoria, inseriu-se no questionário perguntas de interesse para um primeiro entendimento das demandas e necessidades dos moradores no que se refere a prática da assessoria técnica. São os resultados de 352 entrevistas que são retratados e que devido ao tamanho da amostra já diz muito acerca da percepção dos moradores no interesse da assessoria técnica. O objetivo de discutir os resultados desta pesquisa neste artigo é o de contribuir com um retrato da pertinência em continuar a investigação e aprimoramento dos métodos utilizados na prática da assessoria a partir das reflexões propostas neste artigo.



Figura 1: Ortofoto 2015 sistema Sirgas Vila Acaba Mundo Fonte: PRODABEL, PBH (2016)

O resultado da pesquisa demonstra que trata-se de uma ocupação consolidada e com isso, grande parte da população mora na vila há mais de 11 anos. Agregado a isso, a maior parte dos moradores se dizem proprietários de suas residências, neste caso será considerado a percepção

³ Ver nota 1

deles por meio dos contratos informais de compra e venda e não a partir da ótica dos tramites de propriedade formal. A figura 02 ilustra os números para esta análise. Esta situação de consolidação das residências e famílias potencializam a continua manutenção e processos de melhorias nas edificações, uma vez que existe uma sensação de segurança da posse. Desta forma, a pesquisa revelou que a maioria dos entrevistados ainda pretende fazer reformas em suas residências/comércios e grande parte se interessaram pela participação na experiência da assessoria técnica.

Dados Gerais

Resultados pesquisa realizada com a população da Vila Acaba Mundo no período de Março a Novembro de 2016

1 Situação do imóvel

Próprio	81,5%
Alugado	18,2%
De favor	0,3%

3 Pretende fazer reforma em sua moradia/comércio?

Sim	57,5%
Não	29,7%
Não sabe	12,85%
Informar (SI)	

2 Quanto tempo mora na Vila

0-1 ano	2,77%
1-5 anos	11,4%
5-10 anos	7,7%
11-20 anos	21,85%
21-30 anos	20,60%
31- 4 anos	26,15%
41-50 anos	7,07%
Não sabe informar	2,46%

4 Gostaria de assessoria técnica para a sua próxima Intervenção em sua moradia/comércio?

Sim	62,78%
Não	18,75%
Não sabe	18,47%
Informar (SI)	

Figura 2: Dados gerais da pesquisa realizada com os moradores da Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte. Fonte: pesquisa TOC TOC (2016). Elaborado pela autora

Para compreender acerca das principais demandas das pessoas que gostariam de assessoria técnica e quais não gostariam a figura 03 apresenta a especificação a partir da divisão entre os interessados, não interessados e o grupo que não soube informar (SI).

Dados específicos

Resultados pesquisa realizada com a população da Vila Acaba Mundo no período de Março a Novembro de 2016 com foco na assessoria técnica.

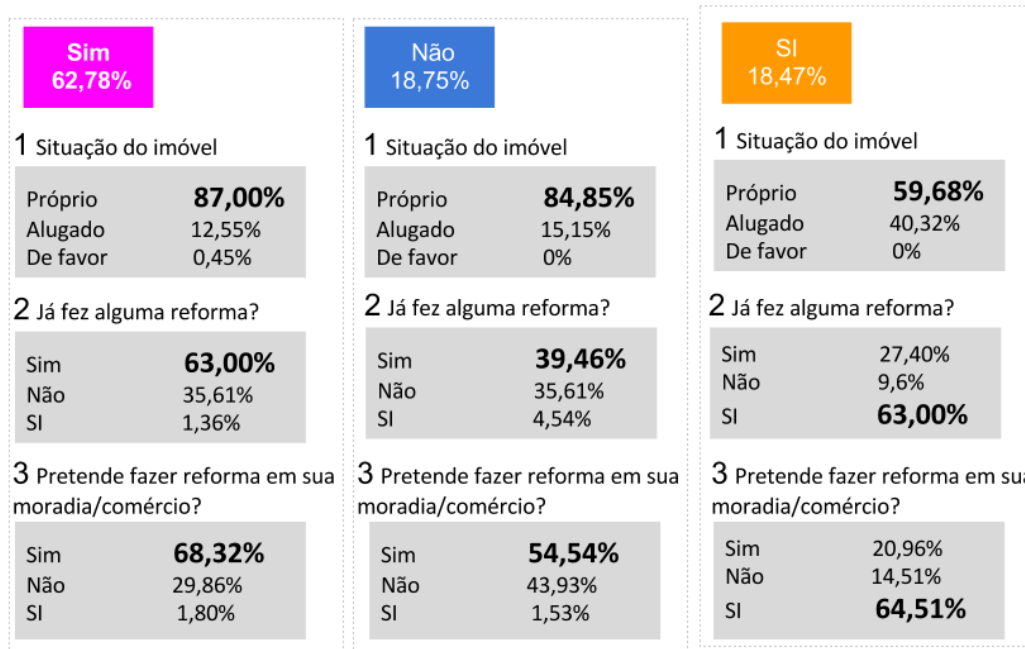


Figura 3: Dados específicos da pesquisa realizada com os moradores da Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte, a partir da seguinte pergunta: Você gostaria de assessoria técnica em suas construções? Fonte: pesquisa TOC TOC (2016). Elaborado pela autora

DETALHAMENTO GRUPO INTERESSADO

O grupo dos que se interessam pela assessoria, grande parte dos entrevistados representando 62,78% como demonstra a figura 03, são donos de suas casas. A segurança da posse demonstra a pesquisa que está relacionada com a expectativa de novas reformas ou construções e com isso, do interesse em participar da experiência da assessoria técnica. A maioria dos entrevistados já reformou e ainda pretende fazer novas alterações ou construções novas. O gráfico 01 classifica por número de citações a intensidade de cada tipo de demanda já realizada nas edificações que participam do grupo dos interessados. Importante observar que como demonstra a figura 02 existe um grande número de moradores que já moram na vila há mais de 11 anos, o que pode refletir nas principais reformas já executadas, refletindo em melhorias constantes, representadas pela expressividade da citação acerca da melhoria no acabamento e necessidades de ampliação da edificação, esta última caracterizada tanto pela citação referente a ampliação da edificação, como também pela construção de nova laje e construção de novo andar.



Gráfico 1: Você já reformou a sua casa? Classificação feita pelo número de citações de cada demanda agrupada por afinidade construtiva_ Grupo com interesse.
Fonte: pesquisa TOC TOC (2016). Elaborado pela autora

Sobre alterações futuras importante notar que o gráfico 02 não se altera muito e que as expectativas são relacionadas à ampliação das edificações e melhorias no acabamento, desejos justificados mais uma vez pela consolidação da área e segurança da posse.



Gráfico 2: Pretende fazer alguma intervenção construtiva? Classificação feita pelo número de citações de cada demanda agrupada por afinidade construtiva_ Grupo com interesse. Fonte: pesquisa TOC TOC (2016). Elaborado pela autora

Outra contribuição importante da pesquisa diz respeito ao registro das principais queixas a partir das percepções dos problemas de suas moradias/ comércio.



Figura 4: Principais queixas dos moradores relacionadas com os aspectos construtivos_ grupo com interesse. Fonte: pesquisa TOC TOC (2016). Elaborado pela autora

As perguntas da figura 04 foram direcionadas nestes 5 itens que demonstram problemas recorrentes nas edificações: calor, umidade, dimensionamento dos ambientes e acesso aos ambientes. Contudo, sabe-se que as principais patologias construtivas não estão reduzidas somente a estes itens. A principal queixa diz respeito ao calor e que está relacionado também com a ventilação das construções. Observando as principais demandas construtivas identificadas na pesquisa pode-se presumir que a questão do calor e ventilação podem ser potencializadas em função das necessidades de ampliação das casas e construção de novos andares. Pela conformação construtiva da Vila e sua já consolidação em uma área com restrições para novas ocupações, a opção dos moradores para a ampliação e construir novos andares ou nos poucos vazios que ainda restam entre as edificações. Contudo, estas alternativas construídas sem o devido pensamento direcionado para a mitigação dos impactos decorrentes do adensamento pode ainda aumentar o desconforto de calor e pouca ventilação. A queixa da umidade também está relacionada à forma adotada como alternativa de ocupação e também pode ser potencializada se não for considerada como um desafio a ser enfrentado nas futuras transformações da Vila. A queixa do acesso às edificações é comum por ser tradicionalmente pensada após a construção da edificação, ou seja, primeiro é construída a edificação e depois pensado em como se dará o acesso da casa para o beco. Nesse sentido, uma alternativa para o acesso muito comum é a escada ocupando um pedaço da passagem já estreita do beco. As escadas, muitas vezes, possuem desenhos pouco acessíveis devido principalmente ao pouco espaço, configurando problemas de acesso para às edificações e de circulação nos becos.

A partir das análises dos resultados do grupo de interesse percebe-se em quais demandas construtivas se dará a experiência da assessoria técnica. Contudo, não pretende-se reduzir a experiências em apenas estas demandas. É importante notar que as demandas identificadas na aplicação do questionário, são aquelas primeiras que os moradores remeteram ao ser indagados sobre o que ainda pretendem fazer. Contudo, sabe-se que questões relacionadas à estrutura das edificações e ao saneamento também devem ser requisitadas, uma vez que é comum queixas dos moradores acerca destes aspectos.

DETALHAMENTO GRUPO SEM INTERESSE

O grupo sem interesse em participar da experiência da assessoria, não por acaso, fez o menor número de reformas do que o grupo de interesse, como também representa uma menor ambição construtiva de reforma ou nova construção. Interessante notar a partir da análise do gráfico 03 que uma das principais reformas realizadas estão bem em sintonia com demandas básicas de moradia como a troca de vedação para alvenaria de tijolo. No grupo com interesse na assessoria está demanda não apresenta tanta intensidade de citações. Esta análise leva a crer que neste grupo possui pessoas que estão ainda consolidando suas edificações e está pode ser uma das hipóteses a ser consideradas para o não interesse em participar da experiência da assessoria técnica. Com esta hipótese, pode se refletir que a percepção dos entrevistados pressupõe que a prática da assessoria não está diretamente relacionada às necessidades básicas de moradia e a distancia mais uma vez da prática autoconstrutora.

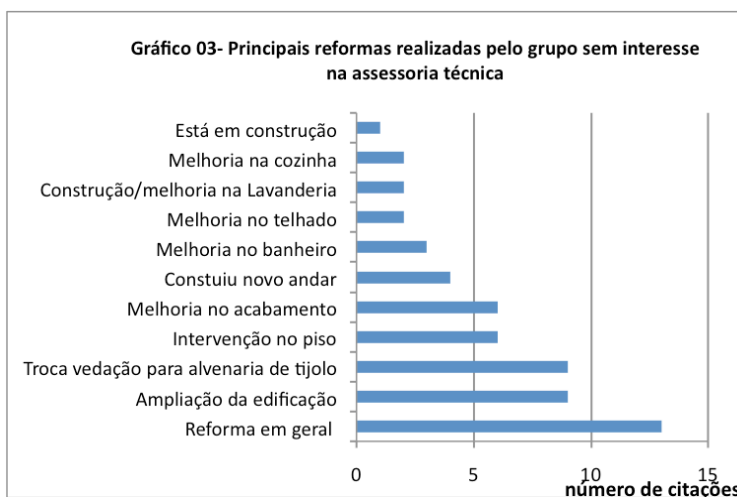


Gráfico 3: : Você já reformou a sua casa? Classificação feita pelo número de citações de cada demanda agrupada por afinidade construtiva_ Grupo sem interesse. Fonte: pesquisa Toc Toc (2016). Elaborado pela autora

O gráfico 4 trata da expectativa futura de construção e não revelam necessidades distintas do grupo que tem interesse em participar da experiência da assessoria técnica.

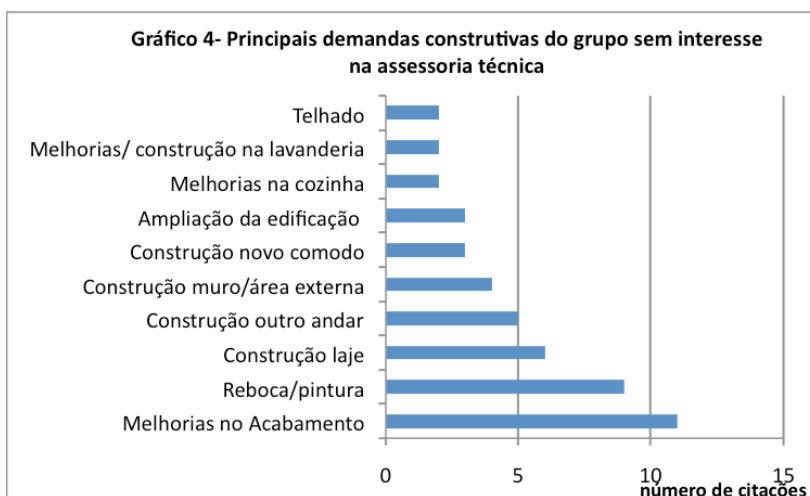


Gráfico 4: Pretende fazer alguma intervenção construtiva? Classificação feita pelo número de citações de cada demanda agrupada por afinidade construtiva_ Grupo sem interesse. Fonte: pesquisa Toc Toc (2016). Elaborado pela autora

Com relação as principais queixas dos entrevistados acerca de possíveis deficiências e suas edificações, as reflexões que podem ser apontadas estão em sintonia com as citadas na análise da Figura 04 a partir do resultado do grupo com interesse na experiência da assessoria técnica.



Figura 5: Principais queixas dos moradores relacionadas com os aspectos construtivos_ grupo sem interesse. Fonte: pesquisa Toc Toc (2016). Elaborado pela autora

DETALHAMENTO GRUPO QUE NÃO SOUBE INFORMAR (SI)

A quantidade de entrevistados no grupo sem informação é expressiva e demonstra, muitas vezes, que no momento da entrevista a pessoa não tinha as respostas para as perguntas do questionário ou até mesmo por nunca ter pensado na assessoria como possibilidade. Outra hipótese e parece bem contundente é que o número de casas alugadas contribuiu para a expressividade da falta de informação acerca do interesse da experiência da assessoria técnica. Em geral, as pessoas tendem a não investir em melhorias em imóveis que não são donas e com isso, respondem que não sabem por acreditar que o dono deva ser o entrevistado, ver figura 03. Alinhados a essa hipótese, segue a justificativa dos outros números para o grupo SI, como por exemplo ao serem questionados acerca

de quais reformas já fizeram na casa, grande parte, não soube responder e mesmo quando questionados sobre expectativas futuras de reformas o mesmo acontece. Para ilustrar as análises ver gráfico 05 e 06.

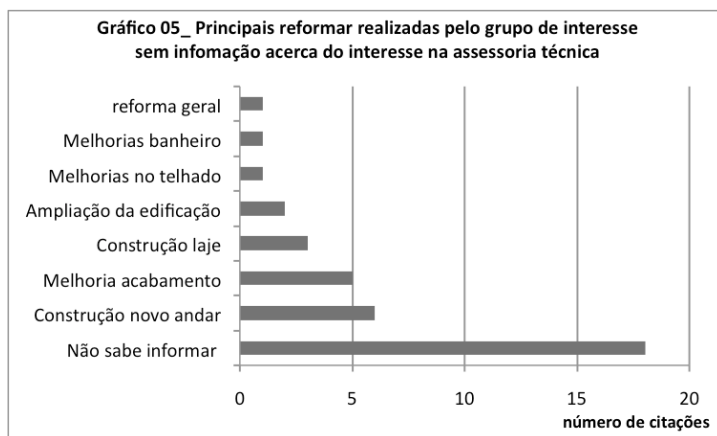


Gráfico 5: : Você já reformou a sua casa? Classificação feita pelo número de citações de cada demanda agrupada por afinidade construtiva_ Grupo sem informação. Fonte: pesquisa TOC TOC (2016). Elaborado pela autora

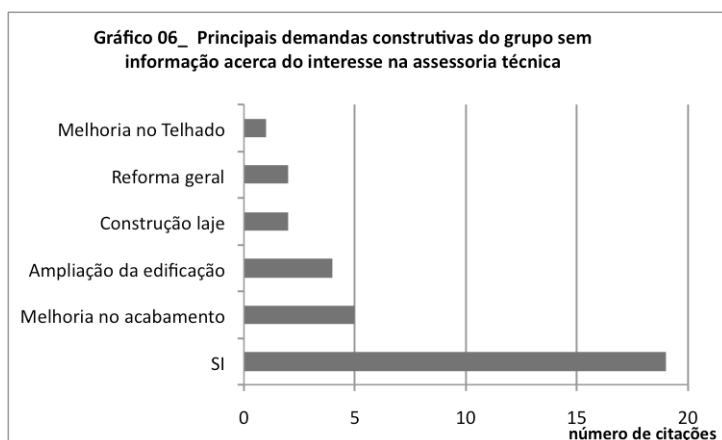


Gráfico 6: Pretende fazer alguma intervenção construtiva? Classificação feita pelo número de citações de cada demanda agrupada por afinidade construtiva_ Grupo sem informação. Fonte: pesquisa TOC TOC (2016). Elaborado pela autora

ALGUNS INDÍCIOS IMPORTANTES

Importante dizer que já existem práticas e metodologias que aproximam ou compactuam com a mesma abordagem de assessoria técnica discutida neste artigo, mas é necessário problematizar as abordagens já estabelecidas e, em algumas experiências bem sucedidas, potencializar o seu alcance. Sobre as experiências já realizadas é importante citar que existe uma Lei federal, Lei

11.888 de 2008, que determina a gratuidade de serviços técnicos de arquitetura para famílias com baixa renda. Contudo, a despeito de ser uma lei a sua capacidade de se inserir como norma é pequena e isso, acredita-se se dever, a princípio, às bases teóricas e práticas que está ancorada. Fundamental problematizar o seu caráter assistencialista, suas regras e diretrizes do mercado formal que incorpora abordagens projetais tradicionais, que muitas vezes, estão bem distantes das práticas construtivas de quem ela pretende atender como público alvo.

Outro ponto importante e que a reflexão aqui proposta não pretende discutir, diz respeito a um dos fatores necessários e fundamentais para a concretização e devida ampliação da prática da assessoria: a transformação das pessoas. Só é possível pensar em práticas compartilhadas, construções coletivas e diálogos a partir da consciência que é necessário transformações pessoais. Isso porque não existe pontos de contato, entrelaçamento e trocas sem transformações. Assim, importante inserir também na discussão reflexões acerca da importância do papel da escuta e do reconhecimento das necessidades do outro. Lembrando que os processos de autonomia, estão relacionados também a limites de autonomia, sendo assim, para práticas compartilhadas é fundamental a identificação da atuação de cada envolvido, bem como de seu limite.

O caso da Vila Acaba Mundo nos remete a uma reflexão de qual modos de vida estamos tratando e dentro de qual sistemas de necessidades, para a efetiva experiência da assessoria técnica em uma comunidade consolidada por meio de transformações autônomas. A identificação que a edificação não está isolada de seu contexto, coletividade e pessoas é possível fazer a partir da análise do estudo de caso apresentado. As análises do potencial da assessoria técnica na Vila, sua necessidade e interesse está relacionada diretamente com as influências sociais e conjecturais que estão presentes em um dado momento.

As reflexões propostas apontam para a definição de um *construtor autônomo*, que reconhece seus limites e potencialidades de uma produção que se pretende isolada das significações do mercado, mas sem que com isso deixe de estar dentro do modelo de reprodução social, dentro do *magna de significações* conceituado por Castoriadis (1991). Para o construtor autônomo a práxis construtiva está embutida do conceito da autonomia como transformação, ou seja, a práxis é transformada e inculturada a partir da própria prática de se construir. Nesse sentido, o construtor consegue ter a autonomia em suas tomadas de decisão, mas com a autolimitação que é conferida pela sociedade em que também é parte integrante.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a reflexão proposta contribui para desamarrar a práxis da autoconstrução a um universo diverso do campo da construção civil. Nesse sentido, contribuir com a lucidez que apesar de práticas distantes existem pontos para possível vínculo e com isso, a potencialização da assessoria técnica de modo que faça sentido tanto para o construtor técnico como para o autoconstrutor/ construtor autônomo e seus respectivos modos de vida.

REFERÊNCIAS

- BORDIEU, Pierre. A produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3 ed. reimpr. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008. 219p.
- BORDIEU, Pierre. A distinção: critica social do julgamento. 2 ed. rev. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.560p.
- CASTORIADIS, Cornelius; COHN.BENDIT, Daniel. Da Ecologia à autonomia. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981
- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius. A criação histórica_ o projeto de autonomia. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Secretaria Municipal da Cultura, 1991
- FERRO. Sérgio. Arquitetura e Trabalho Livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- KAPP, S.; BALTAZAR, A.P.; MORADO, D.; Arquitetura como exercício crítico: apontamento para práticas alternativas. [Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices in architecture], keynote lecture at Alternate Currents International Symposium, Sheffield, November, 2007, publicado em Field: a free journal for architecture, vol. 2, no. 1, Oct 2008, pp. 7–30, Disponível em: <http://www.field-journal.org/index.php?page=journal-2>, Acesso em: 30 de Março de 2016.
- LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada. 2014, 232f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)_Universidade Federal de Minas Gerais_ Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2014
- NASCIMENTO, Denise Morado (org). Saberes (auto) construídos. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. 285p. (livro eletrônico)
- STEVENS, Garry. O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- SOARES, André Costa Braga. Diálogos coma Irmã Doroty. In: NASCIMENTO, Denise Morado (org). Saberes (auto) construídos. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. 285p. (livro eletrônico)